



**ORDEM DO DIA
PARA A 76ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 27 DE DEZEMBRO DE 2017**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0987, de 2003, de autoria da deputada Beth Sahnão. Cria o programa de execução, manutenção e conservação da malha de rodovias vicinais. Pareceres nºs 1563, 1564 e 1565, de 2009, respectivamente, da Comissão de Justiça, de relator especial pela Comissão de Transportes e da Comissão de Finanças, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 287, de 2017).

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0179, de 2004, de autoria do deputado Pedro Tobias. Institui normas para as relações entre instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Pareceres nºs 808, 809 e 810, de 2005, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 6, de 2007, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui a "Semana Estadual de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina". Parecer nº 258 de 2007, da Comissão de Justiça, favorável com emenda. Parecer nº 259, de 2007, da Comissão de Saúde, favorável ao projeto e à emenda.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 921, de 2007, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Obriga os estabelecimentos de saúde da rede pública estadual a fornecer, gratuitamente, bloqueador solar às pessoas carentes, vítimas de queimaduras e portadoras de lúpus eritematoso, de câncer de pele, de vitiligo e de albinismo. Pareceres nºs 1839, 1840 e 1841, de 2008, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 692, de 2010, (Autógrafo nº 31786), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caraméz. Dispõe

sobre a supervisão, orientação, controle e fiscalização das atividades desenvolvidas por entidades e profissionais credenciados para a aplicação de exames de habilitação para condução de veículos automotores. Parecer nº 166, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 514, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Cria o "Programa Vizinhança Solidária" no Estado. Pareceres nºs 88 e 89, de 2012, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de relator especial pela Comissão de Segurança Pública, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 904, de 2017).

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 56, de 2014, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre o pagamento das aulas vagas ("horário-janela") a todos os professores das escolas públicas e privadas do Estado. Pareceres nºs 1824, 1825 e 1826, de 2015, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação e das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1170, de 2014, de autoria do deputado Campos Machado. Altera a redação dos artigos 5º e 6º da Lei nº 10.848, de 2001, que dispõe sobre o registro e funcionamento de estabelecimentos de ensino e prática de modalidades esportivas. Parecer nº 768, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto com emenda. Parecer nº 769, de 2015, da Comissão de Assuntos Desportivos, favorável ao projeto e à emenda.

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 247, de 2015, (Autógrafo nº 31804), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcos Martins. Dispõe sobre a proibição de que postos de combustíveis abasteçam combustível nos veículos após ser acionada a trava de segurança da bomba de abastecimento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1055, de 2015, de autoria do deputado André Soares. Considera pessoa com deficiência, para os fins de ingresso na reserva percentual de vagas para o provimento de cargos e empregos públicos, o indivíduo diagnosticado com audição unilateral. Pareceres nºs 348, 349 e 350, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis.

11 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1118, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi. Torna obrigatória a instalação de filtros que impossibilitem o acesso a "sites" com conteúdo erótico, pornográfico ou

impróprio para menores, bem como os que fazem apologia à violência e ao consumo de drogas e substâncias ilícitas, em todos os equipamentos de informática da rede de ensino pública do Estado. Parecer nº 1425, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 1426, de 2016, da Comissão de Educação, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Justiça. Parecer nº 1427, de 2016, Comissão de Finanças, favorável ao projeto com emenda e à emenda da Comissão de Justiça.

12 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 87, de 2016, de autoria do deputado Feliciano Filho. Institui a "Segunda Sem Carne" em restaurantes, lanchonetes, bares, escolas, refeitórios e estabelecimentos similares que exerçam suas atividades nos órgãos públicos do Estado. Parecer nº 2291, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favorável.

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 136, de 2016, (Autógrafo nº 31801), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Tempo de Despertar". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 158, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Institui o "Serviço Especial Gratuito de Transporte" para tratamento de saúde para pessoas com câncer no Estado. Pareceres nºs 638, 1282 e 2307, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de Finanças, favoráveis.

15 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 250, de 2016, de autoria do deputado Marcos Damasio. Institui a "Campanha Permanente de Conscientização e Combate ao mosquito Aedes aegypti". Pareceres nºs 2258, 2259 e 2260, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

16 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 557, de 2016, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas de revalidação de diplomas de graduação, mestrado e doutorado para os refugiados no Estado. Parecer nº 2294, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2295, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favorável com emenda.

17 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 582, de 2016, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Torna obrigatória, em todos os supermercados e congêneres, a adaptação de 5% (cinco por cento) dos

carrinhos de compras às crianças com deficiência ou mobilidade reduzida. Parecer nº 751, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com substitutivo. Parecer nº 752, de 2017, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa, favorável ao substitutivo.

18 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 668, de 2016, de autoria do deputado Davi Zaia. Altera a Lei nº 14.653, de 2011, que "institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências", a fim de dar nova redação aos §§ 4º e 5º do artigo 1º e acrescentar os §§ 6º, 7º e 8º do mesmo dispositivo legal. Pareceres nºs 895 e 896, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Administração Pública, favoráveis. Parecer nº 1686, de 2017, da Comissão de Finanças, favorável com emenda.

19 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 775, de 2016, de autoria do deputado Márcio Camargo. Isenta do pagamento de pedágio os veículos cujos proprietários sejam Professores, Dentistas, Enfermeiros, Fisioterapeutas ou Médicos das Redes Públicas Estadual, Federal e Municipal. Pareceres nºs 745, 746 e 2263, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de Finanças, favoráveis.

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 858, de 2016, (Autógrafo nº 31818), vetado totalmente, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Cria a "Central Única de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde - CROSS-U" na Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 894, de 2016, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Torna obrigatório aos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, de todos os níveis, no âmbito do Estado, a oferecer, em suas salas de aula e demais locais onde sejam ministradas atividades educativas, assentos adaptados à população obesa. Parecer nº 2270, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 2271, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Educação e de Finanças, favorável com substitutivo e contrário à emenda.

22 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 964, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Obriga a realização do teste de glicemia capilar em alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio, nas Escolas da Rede Estadual de Ensino. Parecer nº 1844, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Pareceres nºs 1845 e

2264, de 2017, respectivamente, das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

23 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 194, de 2017, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social no Estado. Parecer nº 1524, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Pareceres nºs 2265 e 2266, de 2017, respectivamente, das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

24 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 211, de 2017, de autoria do deputado Cássio Navarro. Dispõe sobre a criação do Plano de Ação de Emergências contra os efeitos da ressaca no litoral do Estado. Parecer nº 1607, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2299, de 2017, da Reunião da Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favorável.

25 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 236, de 2017, de autoria dos deputados Ana do Carmo e Aldo Demarchi. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Estado. Pareceres nºs 643 e 804, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Atividades Econômicas, favoráveis. Parecer nº 939, de 2017, da Comissão de Meio Ambiente, favorável com emenda. Parecer nº 2261, de 2017, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

26 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 278, de 2017, de autoria do deputado Caio França. Institui a Política de Incentivo à Economia Criativa no Estado de São Paulo. Parecer nº 1065, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1066, de 2017, da Comissão de Atividades Econômicas, favorável com emenda. Parecer nº 2267, de 2017, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

27 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 289, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Dispõe sobre a passagem livre nas praças de pedágio para as ambulâncias, veículos do Corpo de Bombeiros e dos demais órgãos públicos da área da saúde do Estado de São Paulo. Pareceres nºs 644, 1281 e 2262, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de Finanças, favoráveis.

28 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 313, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dispõe sobre os procedimentos obrigatórios para preservar a saúde dos participantes de eventos profissionais de artes marciais.

Pareceres nºs 645 e 2245, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Assuntos Desportivos, favoráveis.

29 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 329, de 2017, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Dispõe sobre a criação do Programa Nota Fiscal da Saúde do Estado. Parecer nº 1344, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2292, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e de Finanças, favorável.

30 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 477, de 2017, de autoria do deputado Gileno Gomes. Obriga as distribuidoras de energia a disponibilizar linhas telefônicas exclusivas aos prestadores de serviços essenciais, arrolados no art. 10 da Lei Federal nº 7.783, de 1989, com atendentes próprios, capacitados e aptos a dar efetividade ao atendimento. Pareceres nºs 1434 e 2308, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos do Consumidor, favoráveis.

31 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 557, de 2017, de autoria do deputado Celso Nascimento. Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de pessoa treinada para realizar o teste de glicemia capilar e administrar insulina subcutânea nas crianças e adolescentes portadores de diabetes, nos estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental no Estado. Parecer nº 1445, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2269, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Educação e de Finanças, favorável.

32 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 718, de 2017, de autoria do deputado Jorge Caruso. Altera a Lei 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado. Parecer nº 1351, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 2280, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, favorável.

33 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 772, de 2017, de autoria da deputada Rita Passos. Dispõe sobre a afixação de placas informativas nas unidades públicas e privadas de saúde, sobre a adoção de nascituro. Pareceres nºs 1608, 2002 e 2309, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

34 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 844, de 2017, de autoria do deputado José Américo. Proíbe as operadoras de televisão por assinatura que operem no Estado de cobrar o sinal emitido por ponto adicional. Pareceres nºs 1590 e 2281, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e

de Defesa dos Direitos do Consumidor, favoráveis.

35 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 872, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Torna obrigatório aos estabelecimentos comerciais, instituições financeiras e instituições bancárias a afixar, de forma clara e visível, tabelas contendo as taxas de juros anuais praticadas nas vendas a prazo e no crédito ao consumidor. Parecer nº 2310, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos do Consumidor, favorável.

36 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 887, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Obriga os estabelecimentos bancários a divulgar às pessoas físicas o direito de opção das contas dos tipos corrente, poupança e digital, com rol de serviços essenciais, sem cobrança de tarifas. Pareceres nºs 1752 e 2279, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos do Consumidor, favoráveis.

37 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 905, de 2017, de autoria do deputado Roberto Massafera. Altera dispositivos da Lei nº 1.093, de 1976, modificada pela Lei n.º 6.366, de 1988, que autoriza a instalação de postos ou estabelecimentos destinados à venda de produtos hortifrutigranjeiros, plantas ornamentais e frutíferas nas faixas de estradas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER - e em terrenos contíguos. Parecer nº 2108, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 2311, de 2017, da Comissão de Atividades Econômicas, favorável ao projeto e à emenda.

38 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 973, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Torna obrigatório aos Oficiais Registradores de Imóveis a fornecerem anualmente aos municípios listagem contendo todas as informações cadastrais de todos imóveis matriculados na sua circunscrição imobiliária a fim de manter o cadastro imobiliário municipal de forma organizada e atualizada. Parecer nº 2115, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 2293, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Metropolitanos e de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

39 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1014, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Autoriza o Poder Executivo a receber doações de vidros blindados para viaturas policiais, civil e militar do Estado. Parecer nº 2289, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Segurança Pública e de Finanças, favorável.

40 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1041, de 2017, de autoria do deputado Estevam Galvão. Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro mensal, de interesse da assistência social e da saúde para o Estado, às entidades prestadoras de serviços de "Terapia Renal Substitutiva" para pagamento das contas pelo consumo de água tratada e pela utilização do serviço de tratamento de esgoto. Parecer nº 2300, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favorável com substitutivo.

41 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1059, de 2017, de autoria da deputada Beth Sahão. Estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de álcool e drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil, e nos respectivos ingressos. Parecer nº 2296, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Saúde, favorável.

42 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1060, de 2017, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Proíbe os Policiais Rodoviários Estaduais que fiscalizam as rodovias estaduais posicionarem-se de maneira oculta aos condutores com a finalidade de aplicar sanções de trânsito. Com emenda. Parecer nº 2312, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda.

43 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1093, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 2007. Com 4 emendas. Parecer nº 2298, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto e contrário às emendas.

44 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1100, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Estabelece penalidades administrativas aos torcedores e aos clubes de futebol cujas torcidas praticarem atos de racismo ou homofobia nos estádios. Parecer nº 2290, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favorável.

45 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1139, de 2017, de autoria da Mesa. Prorroga para o exercício financeiro de 2018 os efeitos da Lei nº 16.090, de 2016, que fixa o subsídio dos Deputados Estaduais. Parecer nº 2239, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável.

46 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1156, de 2017, de autoria da Mesa. Prorroga para o exercício financeiro de 2018, os efeitos da Lei nº 15.685, de 2015, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado. Com substitutivo. Parecer nº 2313, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao substitutivo com subemenda. Parecer nº 2314, de 2017, da Mesa, favorável ao substitutivo e à subemenda.

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 27, de 2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado. Altera a Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado. Pareceres nºs 1757 e 1910, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis.